

JUVENTUDE BRASILEIRA E EDUCAÇÃO

Álida Leal • Bréscia Nonato • Licínia Correa • Symaira Nonato (Orgs)

Juventudes e trabalho

Symaira Poliana Nonato
Maria Carla Corrochano

FINO TRACO
FT
EDITORA





Todos os direitos reservados aos/as autores/as. Este livro (ou parte dele) não pode ser reproduzido por meios mecânicos, eletrônicos ou por cópia xerográfica sem autorização prévia dos/as autores/as.

Série de Cadernos Temáticos
“Juventude brasileira e educação”

Juventudes e trabalho

Autoras:

Symaira Poliana Nonato
Maria Carla Corrochano

Organização:

Álida Leal, Brésicia Nonato,
Lícinia Correa e Symaira Nonato

Capa e projeto gráfico:

Carol D’Alessandro

Diagramação:

Editora Fino Traço

Cadernos da série

- Juventudes: culturas juvenis e cibercultura
- Juventudes e ensino superior
- Juventudes e escola
- Juventudes e indisciplina nas escolas
- Juventudes e participação política
- Juventudes e processos educativos
- Juventudes, processos educativos sobre drogas e redução de danos
- Juventudes e projetos de vida
- Juventudes e relações de gênero
- Juventudes e relações étnico-raciais
- Juventudes, sexualidade e diversidades
- Juventudes e territórios: o campo e a cidade
- Juventudes e trabalho
- Por uma Pedagogia das Juventudes: educação e a pesquisa como princípio educativo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

N812j

Nonato, Symaira Poliana

Juventudes e trabalho / Symaira Poliana Nonato, Maria Carla Corrochano. - Ebook - Belo Horizonte : Fino Traço Editora, 2021.

48 p. : il. ; 13cm x 18cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8054-507-4

1. Educação. 2. Formação docente. 3. Jovens. 4. Trabalho. I. Corrochano, Maria Carla. II. Título.

2021-3657

CDD 370

CDU 37

Symaira Nonato¹
Carla Corrochano²

Juventudes e trabalho

1. Symaira Poliana Nonato - Pedagoga. Professora do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora geral do programa de extensão, ensino e pesquisa Observatório da Juventude da Faculdade de Educação da UFMG.

2. Maria Carla Corrochano - Professora Associada do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PP-Ged-So) e do Mestrado em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos/ Campus Sorocaba. Pesquisadora do CNPQ e coordenadora do GT Sociologia da Juventude da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Apresentação Série de Cadernos Temáticos “Juventude brasileira e educação”

Cara leitora, caro leitor,

É com muito carinho que dedicamos a você, educadora e educador, a **série de Cadernos Temáticos “Juventude brasileira e educação”**. Esse é um importante projeto desenvolvido pelo **Programa Observatório da Juventude (OJ)** da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O OJ, iniciado em 2003, inserido na Faculdade de Educação da UFMG, situa-se no contexto das políticas de ações afirmativas, apresentando uma proposta de extensão articulada com ações de pesquisa e ensino em torno da temática educação, cultura e juventudes³. A produção deste material é uma resposta e, ao mesmo tempo, um agradecimento a educadoras, educadores e jovens com os quais temos trabalhado há quase 20 anos. De certo modo, é também uma forma de dar continuidade à experiência exitosa dos “Cadernos Temáticos: Juventude Brasileira e Ensino Médio”, produzidos em 2013 como uma das ações do projeto “Diálogos com o Ensino Médio”. Neste novo material, além de algumas temáticas já discutidas ante-

3. Para conhecer mais sobre o OJ, acesse o nosso site: <<https://observatoriodajuventude.ufmg.br/>>.

riormente, ampliamos o debate para além da instituição escolar. Assim, oferecemos outras possibilidades reflexivas na interseção do tema Juventudes com outros campos analíticos.

Nosso propósito é o de oferecer subsídios teóricos, metodológicos, didáticos e pedagógicos a profissionais que trabalham com jovens e demais pessoas interessadas na temática, que desejem refletir, dialogar e propor ações junto a tais sujeitos. A série, elaborada no formato de Cadernos Temáticos, conta com 14 volumes que remetem a diferentes aspectos e dimensões relativas às juventudes e processos formativos.

Cada um dos Cadernos, embora conte com registro de autoria, **foi construído a várias mãos [e corações]**. Por um lado, ao longo do processo de elaboração, foi realizada a leitura coletiva e colaborativa por autores/as dos Cadernos desde sua versão mais embrionária até a versão final, o que contribuiu significativamente para o aprimoramento da escrita dos textos. Por outro lado e de modo especial, contamos com a leitura atenta e cuidadosa da Professora Inês Assunção de Castro Teixeira, referência como educadora e com larga experiência na formação de professores/as. Suas contribuições sinalizaram caminhos para produção de escritos que, sem perder a densidade, fossem mais leves e sensíveis – **o que traduz o “jeito OJ” de ser e construir formação com jovens e educadores/as.**

Tal como aconteceu ao longo do processo de elaboração deste material, entendemos que é com múltiplos olhares que cada um/a de nós, educadores/as, dialoga e constrói saberes com os/as jovens, não é mesmo?! Por isso, nosso objeto de inspiração foi o **CALEIDOSCÓPIO**. Você já ouviu falar, manuseou ou brincou com um caleidoscópio? Esse é um aparelho óptico formado por vários espelhos inclinados, que, a partir do reflexo da luz, nos premia com múltiplas possibilidades de figuras, imagens (as)simétricas, multicores, singulares e únicas! Etimologicamente, o termo deriva das palavras gregas καλός (kalos), “belo, bonito”, είδος (eidos), “imagem, figura”, e ζκοπέω (scopeo), “olhar (para), observar”. O caleidoscópio é, portanto, um instrumento que nos permite “olhar surpreendentes configurações de imagens”.

Acreditamos que, a partir da leitura dos Cadernos, seja possível construir um caleidoscópio com aprendizagens, olhares, escutas, registros, ações e experiências sobre e com as juventudes. Uma construção que terá como base os conhecimentos que cada um/a já possui, somados às contribuições que buscamos trazer em cada Caderno, propiciando, assim, (re)fazer olhares, (re) construir conceitos, (re)visitar reflexões e, especialmente, **ampliar possibilidades de construção de conhecimento e metodologias com/sobre as juventudes nos diferentes processos educativos!**

Esperamos que cada um/a viva uma experiência caleidoscópica!!! Experiência entendida aqui como “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”, como nos diz o professor Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 21). De um lado, desejamos que você olhe para os/as jovens com os quais constrói processos educativos a partir de diferentes ângulos, cores e reflexos, buscando compreender que existem diferentes modos de ser jovem. Busque “girar o instrumento” e ajustar as lentes para perceber que os diferentes espaços educativos nos quais os/as jovens estão inseridos/as, as culturas juvenis, a forma como se conectam com as tecnologias digitais, as dimensões dos territórios, os demarcadores sociais de diferenças (raça, gênero, sexualidade), suas formas de participação, sua relação com a saúde e a forma como constroem seus projetos de vida evidenciam que estamos falando de juventudes no plural, requerendo de nós educadores/as múltiplos olhares caleidoscópicos. De outro lado, convidamos você, - como nos provoca Rubem Alves com poesia nomeada “A complicada arte de ver” - a fazer um exercício constante de reflexão e questionamento: afinal, o que os olhos dos seus olhos veem? O que os ouvidos dos seus ouvidos ouvem? Ou seja, o que faço com o que eu vejo e escuto acerca dos/as

jovens com os/as quais eu trabalho? Quem são eles/as? Como eu tenho construído processos educativos com eles/as? Trata-se de um convite para que cada um/a perceba os reflexos, as nuances, os movimentos, as cores e, especialmente, as singularidades das juventudes.

A metáfora do caleidoscópio acompanhou toda a nossa construção e, por isso, em alguns itens do Caderno nos remeteremos a essa inspiração: *Iniciando o giro do caleidoscópio* (introdução); *Outros ângulos, cores e formas: para saber mais* (espaço destinado ao compartilhamento de diferentes linguagens que possibilitam ampliar e adensar questões já discutidas no Caderno); *Focalizando imagens: leia mais* (Indicações de referências acadêmicas); *Juntando imagens e reflexos* (considerações finais) e *Caleidoscópio em movimento: para ver, ouvir, registrar e agir* (sugestão de exercício de ação-reflexão-ação contínuo acerca do trabalho com os/as jovens).

Por fim, tal como acontece quando vamos brincar com um caleidoscópio, não há uma ordem a ser seguida para a leitura dos Cadernos. Você pode começar por onde e da maneira que quiser. Convidamos você a olhar para estes Cadernos como se, metaforicamente, estivesse observando para dentro do tubo de um caleidoscópio. Desse modo, é você quem escolhe para onde

deseja girar, a velocidade do giro e se deseja ou não se movimentar diante da luz para focalizar as imagens formadas.

A este respeito, um último detalhe: você notará que, ao organizar os Cadernos de modo circular, será formada uma imagem que nos remete ao giro do caleidoscópio. Este arranjo está presente na guarda (ou seja, no verso da capa e da contracapa) de todos os Cadernos. Nosso intuito foi o de simbolizar que, mesmo podendo ser usados de modo individualizado, os volumes guardam entre si características comuns e se completam. Os desenhos e as cores apresentados em cada volume são algumas dentre milhares de possibilidades imagéticas advindas do caleidoscópio que, assim como as/os jovens, deve ser compreendido por múltiplos olhares, entrecruzando diferentes dimensões e perspectivas.

Desejamos uma excelente leitura e que sigamos “caleidoscopindo” possibilidades de construção de Pedagogias das Juventudes!

Álida Leal, Bréscia Nonato, Licínia Correa e Symaira Nonato

Referências

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 2002. p. 20-28.

RUBEM, Alves. A complicada arte de ver. *Jornal Folha de São Paulo*, 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u947.shtml>>. Acesso em: 20 de mar de 2022.



Iniciando o giro do caleidoscópio

Caro/a colega leitor/a,

Embora todos e todas trabalhemos muito, seja em nossas casas, seja fora delas, falar de trabalho nem sempre é algo presente nos processos educativos. Por isso, consideramos fundamental trazer a discussão sobre a temática da relação entre juventudes e trabalho para este Caderno. O nosso foco é debater sobre a dimensão do trabalho nas vivências juvenis, buscando refletir sobre o conceito de trabalho, as mudanças do mundo do trabalho, os sentidos, limites e potencialidades do trabalho, a relação entre educação, trabalho e juventude e, por último, a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.

Inicialmente, cabe dizer que o trabalho é central para a formação dos sujeitos e uma experiência essencial para os processos de socialização humana, mas, a depender de sua forma,

também pode ser limitador dessa experiência. No caso dos/as jovens, o trabalho faz parte das suas vivências desde muito cedo. Para alguns/algumas deles/as, especialmente das camadas populares, a relação com o trabalho tem início na adolescência ou até mesmo na infância, fora ou dentro de suas casas. Entre as jovens mulheres, por exemplo, a responsabilização pelos afazeres domésticos pode aparecer desde muito cedo, considerando serem atividades culturalmente destinadas a elas. Mas não podemos esquecer também que, no campo, o trabalho faz parte da vida dos/as jovens. Desta maneira, consideramos que, no contexto brasileiro, **o trabalho faz parte das biografias juvenis, aparecendo ora como possibilidade de formação e/ou de se vivenciar a condição juvenil, ora como espaço de precarização e limitação dessa vivência.** Além disso, o trabalho também pode e deve ser visto como um espaço educativo potente para as vivências juvenis. Por isso, o debate sobre juventudes e trabalho é essencial ao pensarmos em processos educativos. No entanto, é importante dizer também que as condições de trabalho e emprego não são iguais para todos/as os/as jovens. Assim, teremos jovens com experiências de trabalho e/ou empregos formadoras, mas também experiências deformadoras (Miguel ARROYO, 1987) e outros/as ainda não terão acesso a um emprego, pois terão suas trajetórias marcadas pelo desemprego e/ou pela dificuldade de inserção profissional.

Diante das possibilidades de discutir diferentes nuances dessa temática, fizemos a escolha por ampliar um pouco a compreensão acerca das realidades juvenis e, ao mesmo tempo, fazer um convite acerca da importância do olhar dos/as educadores/as para a relação entre as juventudes e o trabalho. Por fim, considerando o lugar do trabalho na vida de cada um/a de nós, educadores e educadoras, e especialmente na vida dos/as jovens, é essencial, que, como educadores/as, pensemos acerca das relações de trabalho e juventude, pois o trabalho é uma realidade para os/as jovens. É importante que nos diferentes espaços educativos, a dimensão do trabalho seja levada em conta.

Refletindo sobre o mundo do trabalho...

O trabalho é uma dimensão presente para boa parte da população juvenil. Embora com uma significativa diminuição ao longo das últimas décadas, a atividade laboral e, principalmente, a combinação entre o trabalho e os estudos, marcam o tempo presente de muitos/as, seja pelas situações de trabalho ilegal de crianças e adolescentes, seja pelo trabalho considerado legal de jovens a partir dos 16 anos⁴. Diante da necessidade do trabalho,

4. Os 16 anos constituem a idade mínima para o trabalho no Brasil, com exceção das situações de aprendizagem estabelecidas pela Lei de Aprendizagem.

por exemplo, muitos/as jovens, precisam frequentar a escola noturna para prosseguirem em suas trajetórias de escolarização.

Diante desse cenário, é importante que nós, educadores/as, nos questionemos: **em quais tipos de trabalhos os/as jovens brasileiros estão inseridos/as? E, em quais condições? Os/as jovens com os/as quais você trabalha estão inseridos/as no mundo do trabalho? O que esses/as jovens pensam acerca do trabalho? Em quais espaços laborais estão inseridos/as?** Entregam comida nas grandes metrópoles pilotando motocicletas – e mais recentemente bicicletas por meio de plataformas digitais, correndo risco de vida a cada trajeto percorrido? Operam um caixa de supermercado por intermináveis oito horas a cada dia? Atuam no setor de *telemarketing*? Trabalham em quais condições: com carteira de trabalho ou sem carteira; em empregos informais que ganham cada vez mais presença e força no Brasil e no mundo? São responsáveis, em especial as jovens mulheres, pelo trabalho doméstico? **Em síntese, quais os espaços e quais condições de trabalho os/as jovens com os/as quais você desenvolve processos educativos têm acessado?**

Tais indagações são importantes para nós, educadores/as, pois os/as educandos/as que estão nos diferentes espaços educativos são, em sua maioria, trabalhadores/as. É necessário que nos diferentes espaços educativos, dentre eles a escola, amplie-

mos o diálogo acerca do trabalho enquanto parte da condição juvenil e não somente como projeto de vida e/ou formação para o que ainda virá. Afinal, muitos/as jovens já estão inseridos/as no mundo do trabalho.

É importante refletir que, desde sempre, o trabalho humano modifica-se historicamente, alterando-se os instrumentos utilizados, os objetos produzidos ou os serviços realizados, e as relações sociais em torno das atividades laborais.

No modo de produção capitalista, o trabalho assumiu a forma de assalariamento. Assim, não é por acaso que, ao definirmos e debatermos sobre o trabalho, a associação mais comum é a troca de uma atividade por uma remuneração. Melhor dizendo, a troca de um tempo de trabalho por um salário. Em nossa sociedade, ainda é por meio do salário, recebido como resultado de um tempo, de uma jornada de trabalho realizado, que a maioria das pessoas consegue acesso a seus meios de sobrevivência (alimentos, roupas, moradia) e efetivar outros direitos, como o acesso à cultura, lazer e até mesmo o pleno direito à educação.

Mas, você sabia que o trabalho assalariado não é a única forma de trabalho existente? As contribuições dos estudos feministas, como da socióloga Danièle Kergoat, ampliaram este conceito, contemplando o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados, o trabalho cooperativo, militante, o trabalho da maternidade

e os estudos como formas de trabalho (Helena HIRATA, Danièle KERGOAT, 2007), que também podem estar presentes no cotidiano juvenil. Também é preciso considerar que o trabalho é atravessado por relações sociais de gênero, de raça, de grupo étnico, de sexualidade, de idade, de classe e pode ter muitos significados para além da obtenção de uma renda.

No entanto, ainda que sem ignorar a necessidade de entender o trabalho em sua dimensão mais ampla, pode-se dizer que, nas últimas décadas, o “trabalho para ganhar a vida” ou o “trabalho para ganhar um salário” passou por transformações significativas. E palavras como incerteza, flexibilidade, insegurança e crise, precarização, adquirem força e concretizam a realidade que muitos/as jovens enfrentam.

Podemos dizer que, desde a década de 1970, nos países avançados e mais intensamente a partir dos anos 1990 no Brasil, assistiu-se a uma guinada neoliberal ou ultraliberal, na qual o trabalho regulado (ou seja, com todos os direitos garantidos em Lei) é considerado uma carga indesejada para a competitividade das empresas, especialmente nos segmentos ou países que adotam estratégias de inserção baseadas no baixo custo do trabalho (Jacob LIMA, 2019). É essa a longa tradição brasileira, desde a escravidão, e, infelizmente, retomada a partir da (Contra)reforma trabalhista aprovada pelo Congresso Brasileiro em 2017.



Outros ângulos, cores e formas

A (Contra)Reforma Trabalhista no Brasil, aprovada no ano de 2017, alterou mais de cem artigos e parágrafos da CLT e mudou de forma drástica o funcionamento do mercado de trabalho. Trata-se de uma (contra)reforma que regula um conjunto de formas de inserção no trabalho que já estavam presentes nos trajetos de muitos/as jovens. É a regularização e naturalização dos bicos. Em análise sintética realizada pelo DIEESE, trata-se de uma (contra)reforma que contribui para a formalização de vínculos precários, que estimula a troca de vínculos com contratos típicos por contratos precários, autoriza diferentes tipos de jornada, dificulta a conciliação do tempo de trabalho e tempo livre, misturando ainda mais esses períodos do tempos cotidianos. Por isso tudo, consideramos que se trata se uma (Contra)Reforma Trabalhista.

Lei n. 13.467/2017 de 13 de julho de 2017: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: 26 mai. 2021.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. In: Mercado de (Trabalho: conjuntura e análise. IPEA, Ano 63, outubro, 2017: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8130>>. Acesso em 26 mai. 2021.

Vemos, então, a abertura de mercados, a realocização dos centros de produção e migrações em massa de populações à margem dos circuitos econômicos mais dinâmicos, que constituem a nova realidade da acumulação capitalista. No interior dos espaços de trabalho, observa-se o uso intensivo de novas tecnologias da informação e comunicação, como vimos no Caderno “Juventudes: culturas juvenis e cibercultura”. A este respeito, destacamos haver certa perversidade desses usos, em decorrência das novas formas de organização do mundo do trabalho baseadas na exigência de trabalhadores/as flexíveis e polivalentes, além de novas formas de trabalho como o trabalho autônomo, tempo parcial, trabalho virtual (home office ou teletrabalho ou remoto), trabalho intermitente (sob demanda), dentre outros. Nesse contexto, para uma parcela cada vez menor de pessoas, é oferecida a permanência no emprego formal e assalariado, por tempo indeterminado, com local de trabalho definido e jornada determinada; para outros/as, não há espaço ou tempo fixo de trabalho, nem jornadas e contratos.

O desemprego, a subutilização da força de trabalho, o desalento, ou seja, a desistência de buscar trabalho, e o trabalho “por conta própria” ou “empreendedor” crescem de forma persistente nos últimos anos, seja em volume, seja em duração, deixando de ser um fenômeno conjuntural e temporário, e alcançando de forma drástica a população jovem.

Não podemos nos esquecer que, no caso do Brasil e outros países da América Latina, o trabalho regulado e com direitos sociais, que predominou nos países avançados, nunca foi realidade para o conjunto da população. Diferentemente dos países europeus, aqui as formas institucionalizadas de proteção e de apoio aos desempregados se constituíram recentemente, e os empregos protegidos do setor formal sempre se combinaram a uma grande parcela de atividades informais, comumente chamadas de “bicos”. Nesse sentido, a realidade da grande maioria de jovens e adultos/as no mercado de trabalho brasileiro sempre esteve muito mais próxima da instabilidade, das idas e vindas e de um constante “se virar” para conseguir “ganhar a vida” (Nadya GUIMARÃES, Helena HIRATA, 2006). No seu trabalho como educador/a, você, com certeza, deve conhecer jovens que “arrumam uns corres” e/ou uns “freelancer” (como eles/as dizem) para conseguirem alguma renda.

O que se observa no contexto atual é o aprofundamento de situações em que, mesmo nos países dito avançados, as condições laborais já não proporcionam segurança, perspectiva de promoção e ascensão social (Jacob LIMA, 2019). Em todos os países, as taxas de desemprego se elevam, especialmente entre os/as jovens. A escalada da “inteligência artificial” e da digitalização de processos produtivos ampliam os desafios, podendo extinguir não

apenas as ocupações menos qualificadas, mas também aqueles empregos mais qualificados, levando a uma drástica redução de postos de trabalho. **Você já reparou, por exemplo, que em muitos lugares as pessoas estão sendo substituídas por máquinas (inteligência artificial)?** Ainda que novos empregos possam ser criados, e cujas características ainda desconhecemos, tais mudanças aprofundam divisões/desigualdades entre países, pessoas e grupos com ou sem conhecimentos e repertórios profissionais para manter-se em uma posição de trabalho considerada relevante na sociedade.

Por último, vale dizer que essas mudanças não atingem do mesmo modo o conjunto de trabalhadores/as e, particularmente, de trabalhadores/as jovens. Há um conjunto de desigualdades impostas e, para muitos/a, as transformações do trabalho e da condição salarial significam a crescente perda de direitos e mesmo de um lugar no mundo do trabalho, afinal, trata-se de um mercado que não tem lugar para todos/as os/as jovens, como já dizia a professora e autora Mariléia Silva (2009).

O trabalho “faz juventudes”: possibilidades e limites

No caso do Brasil, podemos afirmar que o trabalho “faz juventudes” (Marília SPOSITO, 2005), pois ele faz parte da condição

juvenil de grande parte dos/as jovens, especialmente àqueles/as oriundos de camada popular. Mas, ao refletirmos sobre a relação entre juventude e trabalho, é necessário debater acerca das possibilidades e dos limites dessa relação.

No que se refere às possibilidades, é necessário explicitar o direito ao trabalho por parte dos/as jovens. **Você sabia que os/as jovens têm direito ao trabalho?** Basta olharmos para as legislações. Na Constituição Federal de 1988, a garantia do direito ao trabalho aos cidadãos/ãs é explicitada no capítulo II – Dos Direitos Sociais -, especialmente nos artigos 6º e 7º. Não estamos aqui falando da exploração do trabalho infantil ou infantojuvenil. Para estes casos, a legislação é muito objetiva, explicitando que deve ser erradicado. Mas, especificamente para os/as jovens com idade a partir de 16 anos, o Estatuto da Juventude, em seu artigo 14º, explicita: “o[a] jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social”. Assim, acreditamos que nosso papel enquanto educadores/as é o de defender o direito ao trabalho decente e reivindicar a garantia desse direito bem como de dignas e de justas condições de trabalho dos/as jovens.

Ainda sobre as potencialidades do trabalho juvenil, destacamos que mesmo com limites, como veremos a seguir, para mui-

tos/as jovens pobres o trabalho é uma possibilidade de vivenciar elementos da condição juvenil, tais como o lazer e o consumo, por exemplo. Além disso, o trabalho, como afirma a professora e pesquisadora Nadya Guimarães, “pode ser dotado de múltiplos significados, impossibilitando que lhe assinie um único sentido, de modo unívoco” (2008, p. 157). Ou seja, os/as jovens dão significado ao trabalho que, por sua vez, tem relação com a sua origem social, raça, gênero, sexualidade, território, dentre outras dimensões.

Dentro deste cenário, consideramos importante trazer alguns sentidos do trabalho juvenil que podem se sobrepor, mas não esgotam a multiplicidade de significados possíveis. **O trabalho como necessidade**, esse sentido, se relaciona às condições concretas de muitos/as jovens que precisam trabalhar para sustentar a si e as suas famílias. Assim, é a partir do trabalho que esses/as jovens conseguem minimamente acessar outros direitos como alimentação, vestuário, educação e, às vezes, consumo. **O trabalho como um valor** é algo muito comum na sociedade brasileira e está diretamente relacionada à moral e à dignidade. O trabalho é visto como “algo que dignifica o homem [e a mulher]”, assim, quem não trabalha pode não ser considerado/a digno/a. Mas, lembramos que por detrás dessa visão existe uma concepção mais restrita de trabalho, não considerando o trabalho doméstico, o trabalho de cuidado, como a maternagem, e o estudo como um

trabalho, por exemplo. O trabalho pode ter o sentido também de **espaço de socialização e sociabilidade**, ou seja, um espaço para se relacionar com outros jovens, mas também com adultos/as, pessoas de diferentes origens sociais, territórios, raças, gênero e sexualidade, ampliando o capital social. Outro sentido que aparece muito nas falas dos/as jovens é o **trabalho como possibilidade de independência financeira**, como relatado pelo/a jovem:

Ter que pedir minha à mãe dinheiro para sair é muito ruim. Gosto de comprar minhas roupas, tudo que eu quero sem ter que pedir dinheiro para ninguém. Agora eu tenho liberdade para fazer o que eu quiser (Jovem homem, 16 anos, In: NONATO, 2013, p. 154).

Olha, não dá para ficar em casa todo dia passando, lavando, cozinhando, pedindo dinheiro para o marido. Trabalhar também serve para me distrair, fazer amizades, ter meu próprio dinheiro (Jovem mulher, 21 anos, In: CORROCHANO, 2002, p. 11).

Concordamos com o sociólogo Claude Dubar (2005) no sentido de que a relativa independência financeira dá aos/as jovens a possibilidade de atribuir-se e ter atribuída a identidade de “jovem”, que é conquistada não só pelo dinheiro, mas pelo próprio ato de circular por vários espaços e não ficar só em casa. Embora não seja possível fazer esse debate aqui, é importante atentarmos,

como educadores/as, sobre o quanto as relações de gênero atravessam as dinâmicas de trabalho, reforçando o trabalho enquanto relação social, como já sinalizamos. Nos depoimentos acima, é possível ver que o trabalho “fora” de casa é, para as mulheres, uma possibilidade de se afastar e questionar o trabalho doméstico culturalmente destinado a elas.

Mas, como garantir o direito ao trabalho com possibilidades de múltiplos sentidos positivos em um mercado de trabalho que não tem lugar para todos/as os jovens? Aqui se coloca um dos limites da relação juventude e trabalho. A partir de dados produzidos pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), observamos que a taxa de ocupação dos/as jovens tem caído nos últimos anos e o desemprego aumentado. “A taxa de ocupação, que estava em torno de 54% no período 2012-2014, seguiu uma tendência de queda acentuada a partir de 2015 até o primeiro trimestre de 2017” (OIT/IPEA, 2020, p. 20), no ano de 2019, fica em 48,6%. Nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD contínua 1º trimestre de 2019), a população desocupada por idade, considerando os/as jovens de 15 a 17 anos (jovem-adolescente), estava em 45,4%, os/as jovens de 18 a 24 anos (jovem-jovem) já chegava a 27,3% e os/as jovens de 25 a 29 anos (jovem-adulto) em 15,3%.

Ainda que o trabalho continue presente na vida de uma parcela de jovens, os dados estatísticos revelam que na faixa dos 15 aos 17 anos, a maior parte tem conseguido dedicar-se exclusivamente aos estudos; já aos 18 anos observa-se um número maior de jovens buscando inserir-se ou já inseridos/as no trabalho, o que se amplia ainda mais na faixa seguinte, entre 25 e 29 anos. Evidente que a situação pode se modificar a depender da classe social, do gênero e da cor/raça dos/as jovens. Jovens pobres, mulheres, negros/as, indígenas e transexuais têm muito mais dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho e alcançarem empregos de maior qualidade. É fundamental olhar para essas desigualdades de maneira interseccionada, ou seja, considerando a interdependência das relações sociais de gênero, raça e de classe enquanto relações de poder, conforme análise da pesquisadora feminista negra Patrícia Hill Collins.

A situação de desemprego também não se apresenta de modo homogêneo para todos/as os/as jovens. Em geral, quando se trata de refletir sobre a relação dos/as jovens (em idade legal para trabalhar) com o mundo do trabalho, a preocupação primeira é o desemprego ou a dificuldade das jovens gerações em encontrar um trabalho. No Brasil, os/as jovens vivenciaram possibilidades de inserção no mercado de trabalho consideradas mais favoráveis entre os anos de 2003 e 2013, porém, num contexto de crise

econômica, iniciada a partir de 2014, a criação de empregos formais se reduz drasticamente e os/as jovens são mais atingidos/as pelo desemprego quando comparados/as aos/às adultos/as (Nadya GUIMARÃES; Leticia MARTELETO; Murillo BRITO, 2016; OIT/IPEA, 2020). Não podemos esquecer, no entanto, que mesmo em momentos de crescimento econômico, o desemprego juvenil é sempre mais elevado. Este comportamento sugere a existência de causas específicas do desemprego dos/as jovens, para além daquelas que provocam o desemprego para a população em geral. Ademais, tal como em outras situações do/da jovem no mundo do trabalho, o desemprego apresenta-se de maneira heterogênea segundo a classe social, o sexo, a sexualidade, a cor/raça, os níveis de escolaridade e locais de moradia. Nesta direção, podemos afirmar que o desemprego juvenil é plural e desigual. As taxas de desemprego são mais elevadas para jovens de mais baixa renda, para as jovens mulheres e para os jovens negros, por exemplo.



Outros ângulos, cores e formas

Será que a realidade em outros países latinos é diferente? Não deixe de ler a reportagem intitulada “Estagnação na América Latina leva desemprego de jovens

ao maior nível em 20 anos”: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-29/estagnacao-na-america-latina-leva-desemprego-de-jovens-ao-seu-maior-nivel-em-20-anos.html>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

Se a falta de lugar no mercado de trabalho é um limite, o acesso a alguns tipos de trabalhos também é uma barreira para a vivência da juventude e do trabalho, especialmente na perspectiva de um trabalho decente. Os/as jovens vêm denunciando os espaços de trabalhos a que eles/as têm acesso. Os/as jovens que trabalham como entregadores/as, por exemplo, expressam suas insatisfações, tais como vemos no depoimento abaixo:

O entregador é descartável. É como na música dos Racionais: o ser humano é descartável no Brasil. (Paulo Roberto da Silva Lima, o Galo, líder do movimento dos Entregadores Antifascistas)⁵

5. O movimento de entregadores/as antifascistas foi criado em São Paulo no ano de 2020 depois de várias manifestações ocorridas neste mesmo ano. Além da busca por melhores condições de trabalho para o conjunto dos/as entregadores/as, o movimento também tem como uma de suas principais pautas a defesa da democracia.



Outros ângulos, cores e formas

Em diferentes reportagens e vídeos, os/as jovens entregadores/as denunciam as condições precárias de trabalho:

‘É difícil sair para trabalhar, não ver resultados e ser maltratado’, diz entregador em SP

Nesta quarta feira (1º) trabalhadores que fazem entregas de moto e de bicicleta fazem ato em que cobram melhores condições de trabalho

Fonte: <<https://www.agenciamural.org.br/e-dificil-sair-para-trabalhar-nao-ver-resultados-e-ser-maltratado-diz-entregador-em-sp/>>.

Acesso em:19 mai. 2021.

Não deixem de assistir aos vídeos:

O trabalho do Motoboy de aplicativo - Live com o Paulo Roberto da Silva Lima (Galo): <https://youtu.be/T4YCZR_kdPA>. Acesso em:19 mai. 2021.

Entregador Antifascista critica precarização do trabalho e omissão de veículos da imprensa. Paulo Roberto da Silva Lima (Galo) <<https://youtu.be/ttciccleolg>>.

Acesso em:19 mai. 2021.

As denúncias que os/as jovens vem fazendo devem ser (re) conhecidas por nós educadores/as, pois, de um lado, denotam que os/as jovens querem ter direito a um trabalho, mas não a qualquer

trabalho. E, de outro lado, apontam para uma compreensão sobre as mudanças históricas que têm ocorrido no âmbito no mundo do trabalho.

A partir dos apontamentos que fizemos até o momento, retomamos a afirmação que o “trabalho faz juventudes” para reforçar a importância de nós educadores/as dialogarmos com os/as educandos/as acerca de seus espaços laborais, de suas condições de trabalho, dos sentidos com relação ao trabalho, numa perspectiva de conhecer para educar. Além disso, podemos dialogar com os/as jovens trabalhadores/as acerca das potencialidades e da dimensão educativa do trabalho.

A (in)conciliável relação educação e trabalho

A relação entre educação e trabalho pode ser analisada a partir de dois vieses importantes, quais sejam: 1) a educação na perspectiva da formação humana e 2) a educação no âmbito dos processos de escolarização, que será o nosso foco.



Fonte: <<https://www.instagram.com/tonidagostinho/>>.

Acesso em: 28 mai. 2021.

Ao considerarmos a educação como formação humana, como já discutido no Caderno intitulado “Por uma Pedagogia das Juventudes: educação e a pesquisa como princípio educativo”, o trabalho pode ser visto enquanto um espaço/tempo significativo, no qual o sujeito inacabado vai se constituindo enquanto ser humano. Para tanto, a dimensão do trabalho decente é primordial, pois se pauta numa dimensão educativa do trabalho e, especialmente, por reconhecer os/as jovens para além da sua dimensão de trabalhadores/as, mas sim enquanto sujeitos de demandas, desejos e direitos.



Outros ângulos, cores e formas

Já ouviu falar em Trabalho como Matriz Pedagógica? Assista ao vídeo do professor Miguel Arroyo, que aponta a importância do trabalho como matriz formadora: <https://youtu.be/tqlz5bve_AM>. Acesso em: 25 mai.2021

No âmbito da escolarização, destacamos que para boa parcela dos/as jovens brasileiros/as, a “escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil” (SPOSITO, 2005, p. 106). Há uma parcela significativa de jovens de camadas populares que são obrigados/as a combinar estudos e trabalho ainda na Educação Básica, haja vista que o trabalho é uma necessidade, inclusive de sobrevivência, e a maioria contribui significativamente para o orçamento familiar. No entanto, não podemos desconsiderar que alguns/mas jovens, mesmo das camadas populares, têm a possibilidade de esperar o término do Ensino Médio para começar a trabalhar “fora” de casa, embora trabalhem em casa. Esse grupo, na maioria mulheres, concilia os estudos com o trabalho domés-

tico ou o trabalho do cuidado dos/as irmãos/ãs mais novos/as, por exemplo.

A combinação entre estudos e trabalho pode significar experiências muito diversas, gerando inclusive consequências distintas. Os/as pesquisadores/as Helena Abramo, Gustavo Venturini e Maria Carla Corrochano (2020) nos dizem que: “inseridos[as] em uma categoria de “estudantes trabalhadores[as]” ou de “trabalhadores[as] estudantes” esses[as] jovens vivenciam situações de trabalhar e estudar simultaneamente que não seguem um padrão linear (ABRAMO; VENTURINI; CORROCHANO, 2020, p. 539).

Diante desse cenário, a pergunta que se faz presente é: **qual o lugar do trabalho nos processos de escolarização? Existe um diálogo entre o Ensino Médio e o trabalho?** Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, o Ensino Médio possui, dentre outras finalidades, “a preparação básica para o trabalho e cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996). Todavia, como explicita Corrochano (2014, p. 207) “a despeito da presença (ou não) do trabalho na vida dos[as] jovens do Ensino Médio e nos textos legais, o lugar do trabalho e o tipo de relação a ser estabelecida nesse nível de ensino estão longe de ser consensuais”. Assim, nosso convite é para que você, educador/a do Ensino Médio e de

outros espaços educativos, se questione: **quais as possibilidades de articulação entre o trabalho e a escolarização? É possível que o/a jovem trabalhador/a e estudante encontre diálogo acerca dessa relação na escola?**

Bom, se de um lado, sabemos que estas são questões complexas, afinal a ideia da escola como preparação para o mundo e a inserção no mercado de trabalho após o término da Educação Básica são recentes, de outro lado, não podemos negar que o Ensino Médio representa, hoje, o “mínimo denominador comum” para se conseguir uma inserção no mercado de trabalho. **Poderíamos, então, dizer que a escolarização é garantia de um trabalho?** Buscando dar sentido à escolarização dos/as jovens, a tendência de muitos/as educadores/as é ressaltar que “a escola é garantia de um futuro melhor”, remetendo isso à garantia de um emprego após a conclusão do Ensino Médio. Isso faz com que alguns/mas jovens tenham uma relação instrumental com a escola. **Mas, a resposta é não.** A escolarização não é garantia de emprego pois, embora o diploma se tenha convertido como um critério para alguns postos de trabalho, ele não deve ser colocado como “salvação”. Afinal, a escolarização é somente um dos elementos que compõem a complexa relação do/a jovem com o mercado de trabalho, que envolve, dentre outros aspectos, as relações de gênero, sexualidade, raça, classe e o local de moradia, por

exemplo. Ademais, é importante atentar também para as dinâmicas e contextos do mundo do trabalho, especialmente para os/as jovens que são os/as mais afetados/as pelas alterações e/ou crises do mercado de trabalho.

Por último, dizemos que a conciliável ou inconciliável relação entre educação e trabalho se relaciona a diferentes questões, dentre elas, as condições de trabalho em que os/as jovens estão inseridos/as. **Como conciliar os estudos diante de trabalho com jornadas intensas e precárias, como vemos com os/as jovens trabalhadores/as de aplicativo?** Outra questão relaciona-se às demandas do âmbito familiar, por exemplo, como o cuidado com os/as irmãos/ãs e/ou trabalho doméstico, que tendem a recair sobre as jovens mulheres, refletindo as desigualdades de gênero. **Como conciliar estudos com a dimensão do trabalho – dentro e fora de casa?** E as questões de classe, raça, orientação sexual e território, que já citamos. Dito isso, consideramos que a conciliação acontece quando o/a jovem está inserido/a em trabalho que o/a considere enquanto pessoa humana, sujeito de direito, ou seja, um trabalho decente que tenha como alicerce as pautas da Agenda Nacional de Trabalho Decente para as Juventudes, como abordaremos a seguir.

A Agenda Nacional de Trabalho Decente para as Juventudes

Uma das estratégias para garantir o trabalho como um direito foi construção da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ). **Você já ouviu falar sobre ela?** Defendemos essa pauta pois, na perspectiva do Trabalho Decente, os/as jovens são vistos/as enquanto sujeitos de direitos.

A Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude foi elaborada pelo Subcomitê de Trabalho Decente e Juventude no ano de 2010, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria Nacional de Juventude, com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estabelece quatro eixos prioritários na perspectiva da promoção do trabalho decente para a juventude: 1) mais e melhor educação; 2) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; 3) inserção ativa e digna no mundo do trabalho; 4) promoção do diálogo social. Além disso, o Trabalho Decente para a Juventude tem como alicerce as legislações gerais do trabalho e específicas do trabalho juvenil (Lei da Aprendizagem e Lei do Estágio).



Focalizando imagens

Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude: <https://www.ilo.org/brasil/temas/emprego/WCMS_618423/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 27 mai. 2021.

CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO; Laís Wendel. Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v.22, n.47, p. 110-129, jan./abr. 2016.

Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4789>>. Acesso em: 30 mai. 2021.

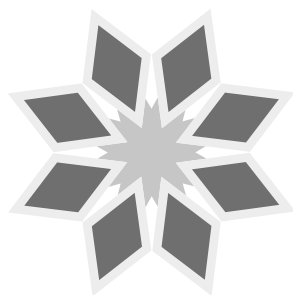
CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Helena Wendel; ABRAMO, Laís Wendel. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, p. 135-169, 2017.

Disponível em: <<http://alast.info/relet/index.php/relet/article/view/289>>. Acesso em: 30 mai. 2021.

É importante mencionar que a construção de um conjunto de ações prioritárias para a conciliação do trabalho e dos estudos pela Agenda visa responder aos desafios de uma juventude que busca, pois precisa, conciliar trabalho e escola. Defende-se,

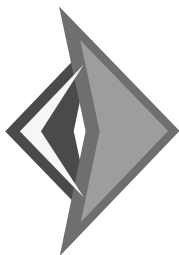
por exemplo, a organização de jornadas de trabalho que permitam o acesso e a permanência dos/as jovens trabalhadores/as e estudantes na educação básica, profissional e superior, ou que garantam seu retorno às atividades escolares, dentre outros aspectos. Na perspectiva de compatibilização com a vida familiar, estabeleceu-se uma linha de ação para a ampliação das licenças maternidade e paternidade, mediante convenções e acordos coletivos de trabalho.

A Agenda trouxe à cena questões geralmente pouco abordadas quanto ao trabalho e às condições de trabalho dos/as jovens, sem ignorar a centralidade da educação neste momento da vida. Por isso, enquanto educadores/as, defendemos a continuidade da reflexão da ANTDJ e, especialmente, a concretização das propostas pautadas, pois elas garantem o direito do/a jovem ao trabalho decente, questão que tem sido negligenciada nos últimos anos.



Juntando imagens e reflexos

As discussões tecidas sobre a relação entre educação e trabalho são necessárias, pois os/as jovens de camadas populares, em sua maioria, estão inseridos/as em diferentes espaços de trabalho, o que, por sua vez, repercute na sua condição juvenil. Como educadores/as, precisamos refletir, defender e propor ações em prol do trabalho decente para as juventudes, reconhecendo o direito ao trabalho e, especialmente, os/as jovens enquanto sujeitos. Convidamos você ao desafio contínuo de ação-reflexão-ação na sua prática educativa, buscando reconhecer nos sujeitos jovens mais essa dimensão: a de jovens trabalhadores/as. Com base nas discussões realizadas no caderno “Por uma Pedagogia das Juventudes: educação e a pesquisa como princípio educativo”, propomos uma reflexão para terminar.



Caleidoscópio em movimento: para ver, ouvir, registrar e agir

Convidamos você a fazer um exercício de **“ver” e “ouvir”** os/as jovens com os/as quais você desenvolve processos educativos. Faça uma pequena investigação, colocando em prática a pesquisa como princípio educativo e procure saber: o que os/as jovens entendem como trabalho? Será que o trabalho doméstico, do cuidado e o estudo é reconhecido como trabalho pelos/as jovens? Com quantos anos começaram a trabalhar? Em que trabalham? Quais as condições do trabalho em que estão inseridos/as? Para eles/as, as dimensões de raça, gênero, sexualidade e território fazem diferença no mercado de trabalho? Como isso acontece? Busque compreender ainda, especialmente a partir da escuta, como os/as jovens vivenciam o trabalho e os processos de escolarização. Procure debater com eles/as: por que trabalham? Qual(is) o(s) sentidos do trabalho para eles/as? Como vivenciam a experiência de trabalhar e estudar? Qual interferência um tem no outro? Seguindo os movimentos da pesquisa como princípio educativo, busque **registrar** o que viu e ou-

viu dos/as jovens e, a partir daí, **agir** no sentido de construir estratégias COM os/as jovens e não PARA os/as jovens, que possibilitem articular educação e trabalho. Sugerimos que, nos espaços/tempos do processo educativo, as experiências laborais juvenis sejam palco de reflexão por parte dos/as jovens e de seus/suas colegas.

Sugerimos que o documentário “GIG – A Uberização do Trabalho” – dirigido por Carlos Juliano Barros, Caue Angeli e Maurício Monteiro Filho (Brasil, 20 de julho de 2019), que aborda o fenômeno mundial do trabalho mediado por aplicativos e plataformas digitais, mostrando as situações de precariedade das condições de trabalho, seja utilizado para o fomento às discussões sobre juventude e trabalho com os/as jovens: <https://youtu.be/gbSaTJ_7Zfk>. Acesso em: 28 mai. 2021.

Desejamos um excelente trabalho!

Referências

ABRAMO, Helena Wendel; Venturi, Gustavo; CORROCHANO, Maria Carla. Estudar e trabalhar: Um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos estud.* CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 3 p. 523-542, Sept. 2020.

ARROYO, Miguel G. O direito do trabalhador à educação. In: GOMEZ, Carlos Minayo; GRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. *Trabalho e Conhecimento: Dilema na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1987.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens olhares sobre o trabalho. GT 9 – Trabalho e Educação. 25 REUNIÃO ANUAL, *Anped*, set. out, 2002.

DUBAR. Claude. *A socialização*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo. Ed. SENAC, 2006.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo, São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, p.175-214. (Reimpressão, 2008).

GUIMARÃES, Nadya Araujo; MARTELETO, Leticia; BRITO, Murillo Marschner Alves. Trajetória e transições. Os múltiplos e difíceis caminhos dos jovens brasileiros no mercado de trabalho. In: 13TH Brasa International Congress Painel E-9. Rio de Janeiro. *Os jovens e o mercado de trabalho no Brasil*, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

LIMA, Jacob. Modernidade, informalidade, empreendedorismo e barbárie. *Boletim Lua Nova*. São Paulo, maio de 2019. Disponível

em: <<https://boletimluanova.org/modernidade-informalidade-empreendedorismo-e-barbarie-2/>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

OIT/IPEA. *Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/wp-content/uploads/2021/01/200707_ri_diagnostico_de_insercao_de_jovens.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

NONATO, Symaira Poliana. *A condição juvenil dos jovens trabalhadores da Cruz Vermelha Brasileira no campus Pampulha da UFMG*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação (UFMG), Belo Horizonte, 2013.

NONATO, Symaira Poliana. *Jovens [em]cena no palco da vida: percursos de individuação no entrecruzamento do mundo do trabalho com os processos de escolarização*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação (UFMG), Belo Horizonte, 2019.

SILVA, Mariléia Maria da. A inserção profissional dos jovens em tempos de inovação tecnológica e organizacional. *Revista Educação em Questão*, 35(21), 74-97, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.): *Retratos da juventude brasileira – Análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005 (Reimpressão 2008).











OBSERVATÓRIO DA
JUVENTUDE DA UFMG

FaE
Faculdade de Educação

UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS